

DE PAIS PARA FILHOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE DIFERENTES GERAÇÕES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Gabriela Gondim Alves ¹
Francisca Fábrcia Teodoro Costa ²
Luísa Nara da Silva ³

RESUMO

O presente artigo analisa comparativamente as trajetórias escolares de mães e filhos, avaliando em que medida o ingresso no Programa Bolsa Família impacta na garantia do direito à educação. Para tanto utilizou-se como recurso metodológico a realização de pesquisa bibliográfica e documental, que iluminaram a análise dos dados obtida por meio de entrevista semiestruturada a uma beneficiária do programa em questão. Apreendeu-se que o acesso à renda tem uma interferência direta na educação, já que previne a precoce saída da escola e o ingresso no mundo do trabalho em práticas como o trabalho infantil, conforme apontou a mudança do itinerário escolar da entrevistada para o de seus filhos. Constatou-se que a segurança de renda possibilitou à família beneficiária autonomia e condições de permanência na escola.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família, Educação, Transferência de renda, Pobreza.

INTRODUÇÃO

Este trabalho decorre da experiência das pesquisadoras enquanto discentes do curso de aperfeiçoamento e/ou especialização em “Educação, pobreza e desigualdade” promovido pela Universidade Federal do Ceará- UFC. O interesse em realizá-lo deu-se pelo fato de que as referidas desenvolvem trabalhos nas Políticas Públicas de Educação, Assistência Social e Saúde, há alguns anos, e lidam cotidianamente com as expressões da questão social, que se materializam frequentemente na experiência de pobreza que ultrapassa a questão de renda e está diretamente relacionada ao acesso a todas as riquezas socialmente produzidas, dentre elas a educação.

¹ Graduada em Serviço Social pela UERN. Especialista em Serviço Social, Seguridade Social e Legislação Previdenciária. Pós graduanda em Educação e Ensino pela UECE. Professora da Cisne. gabrielazene@gmail.com;

² Licenciada em Pedagogia pela UECE. Graduada em Serviço Social. Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Pós graduanda em Avaliação de Políticas Públicas - UFC, fabriciatcosta@gmail.com;

³ Graduada em Serviço Social pela UECE. Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora e Professora do Curso de Serviço Social da Faculdade Cisne. luisa.nara@faculdade.cisne.edu.br.

Com o escopo de compreender os impactos do Programa Bolsa Família- PBF para o acesso à educação, coletamos os dados que ora analisamos por meio de entrevista semi-estruturada junto a uma beneficiária do PBF, a qual prontamente contribuiu com este trabalho concedendo-nos as informações necessárias de forma consciente, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para preservação de sua imagem a chamaremos de Maria, fazendo menção a tantas “Marias” que, como ela, vivenciam a pobreza.

Na tessitura deste trabalho tivemos a experiência de compreender que por mais desafios que a educação encontre na contemporaneidade, o acesso às políticas públicas, incluindo-se a Assistência Social e de maneira específica o Programa Bolsa Família podem potencializar o acesso a essa política e coibir experiências como a do trabalho infantil, consoante revela a mudança de trajetória de Maria (beneficiária do PBF), que precisou trabalhar precocemente, mas hoje garante aos seus filhos a permanência na escola, o que está relacionado ao fato de que estes gozam de mais oportunidades do que ela.

METODOLOGIA

O presente estudo, de cunho qualitativo, privilegiou o uso da pesquisa bibliográfica e documental como principais recursos metodológicos, que iluminaram a análise dos dados obtida por meio de entrevista semiestruturada a uma beneficiária do programa em questão.

Conforme Triviños (1987, p. 146) a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

A entrevista foi realizada na Sala de Serviço Social da Secretaria de Desenvolvimento Social, local em que uma das pesquisadoras desenvolvia trabalho enquanto técnica de referência das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - AEPETI. Na ocasião esteve presente a filha de Maria e uma orientadora social que se dispôs a colaborar com a gravação da fala, para que assim pudéssemos dialogar de maneira mais espontânea e atenta com a entrevistada.

O território de vivência dos sujeitos da pesquisa está situado na cidade de Quixadá localizada no interior no sertão central Cearense, e possui a economia baseada

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

predominantemente no comércio e no setor de serviços, sendo a administração pública outra grande fonte de empregabilidade. De acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2018, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população é estimada em 87.116 pessoas, sendo a maioria residente da zona urbana (IBGE, 2019).

O município possui um índice expressivo de habitantes em situação de extrema pobreza, atingindo um percentual de 36,88 de sua população. Conforme dados do Cadastro Único do Governo Federal o índice de pobreza na zona urbana é de 24.776 pessoas, já na zona rural é de 8.790 pessoas (IPECE, 2012).

A cidade é considerada polo universitário, pois sedia várias Instituições de Ensino Superior- IES como a Universidade Estadual do Ceará- UECE, Universidade Federal do Ceará- UFC, Instituto Federal do Ceará, dentre outras IES. Em 2012 possuía o 12º melhor índice de desenvolvimento humano (IDH) do Ceará.

Apesar de ser polo regional de educação superior, Quixadá enfrenta algumas dificuldades, a exemplo, encontra-se abaixo da média do Estado na garantia de educação infantil, o que traz conseqüências para toda a trajetória escolar de uma pessoa. Além disso, a ausência de creches dificulta a inserção da mulher no mercado de trabalho e contribui para a reprodução da pobreza.

No distrito em que a família reside existem apenas duas escolas. Sendo uma de educação infantil e outra de nível fundamental. Para cursar o ensino médio os estudantes precisam se deslocar para a cidade.

DESENVOLVIMENTO

A proposta de transferência de renda manifesta-se inicialmente na Inglaterra no século XVIII e ressurgiu no cenário contemporâneo com novas roupagens, na busca de garantia da sobrevivência daqueles que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza.

O Programa Bolsa Família é uma das principais expressões contemporâneas dos Programas de Transferência de Renda desenvolvidos no Brasil e um dos principais programas de combate à pobreza do mundo, que consiste na quebra do ciclo geracional de pobreza, combatendo à fome e a miséria a curto e longo prazo, através de transferências condicionadas de recursos financeiros as famílias pobres do país. (Silva, Yazbek e Giovanni, 2006 p.34).

Conforme as reflexões de Amartya Sen (2000) a pobreza é uma das formas de privação da liberdade humana e deve ser compreendida como uma privação das capacidades elementares de um indivíduo, para além da questão da renda.

[...] a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de indefinição de pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da idéia sensata de que a baixa renda é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser razão primordial da privação da capacidade de uma pessoa” (Sen, 2000; p.109).

Yazbek colabora com as reflexões ressaltando que a pobreza pode ser entendida como:

[...] uma das manifestações da questão social, e dessa forma como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria. Os "pobres" são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade. (YAZBEK, 2012 p. 289)

De acordo com Pontili (2004), muitas pesquisas realizadas na área econômica têm apresentado a escolaridade como ferramenta para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. E conforme ressaltado anteriormente a proposta do tema partiu da necessidade de compreender as possíveis contribuições do Programa Bolsa Família para a inclusão e permanência das crianças beneficiárias do programa em comparativo à realidade vivenciada por seus pais em uma época em que não se privilegiava a transferência de renda como uma potencialidade na contribuição e manutenção das questões objetivas e subjetivas de vida.

Nesse sentido, algumas reflexões têm sido fortalecidas em torno do papel dos programas de cunho social, que objetivam minimizar as consequências das desigualdades sociais que atingem grande parte das famílias brasileiras, alargando as possibilidades de inserção e acesso às políticas públicas, dentre elas a educacional.

Todavia, é mister ressaltar conforme Aguiar (2002) que os programas de transferência analisados de forma individual não seriam capazes de atuar efetivamente no rompimento dos ciclos geracionais de pobreza e de desigualdade social. A renda mínima, só poderia ser tornar um meio de combate à pobreza e à desigualdade, caso estivesse vinculada a outras políticas sociais. “Nenhuma renda distribuída aos pobres poderia garantir o mínimo de bens e acesso a serviços básicos de qualidade necessários, nos padrões modernos, para sair da condição de pobreza e mesmo da exclusão social” (Aguiar, 2002; p.32).

Nesse contexto a Política de Educação é compreendida como um dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, devendo ser assegurada pelo poder público, designado para prover as condições necessárias à sua efetivação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Dessa forma, o ensino brasileiro, a partir da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, prevê a preparação do aluno para qualificação do trabalho e o exercício consciente e pleno da cidadania a partir de princípios e bases filosóficas.

O homem só é efetivamente cidadão se pode efetivamente usufruir os bens materiais necessários para a sustentação de sua existência física, dos bens simbólicos necessários para a sustentação de sua existência subjetiva e dos bens políticos necessários para a sua sustentação política (SEVERINO apud AZEVEDO, 1997, p. 308).

Nesse contexto, mesmo o programa Bolsa Família sendo apenas um dos mecanismos de enfrentamento a evasão escolar e a realidade de desigualdade social brasileira, é preciso debater sobre sua contribuição social no cenário contemporâneo, uma vez que este e outros programas sociais encontram-se ameaçados por cortes orçamentários. Apesar de apresentar baixo custo para o Estado, e ter impacto positivo comprovado por diversos estudos na melhoria de vida de milhões de brasileiros, convivemos com a incerteza de manutenção do programa no atual cenário que vivencia um processo de crescente precarização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Acerca do perfil da entrevistada ressaltamos que Maria tem 38 anos, é residente de um distrito (Riacho Verde), zona rural de Quixadá e é beneficiária do PBF há 13 anos, trabalhando como agricultora e dona de casa. É casada e convive com o cônjuge e seus dois filhos adolescentes, a saber, um filho de 17 anos e uma filha de 12 anos. Maria cursou o Ensino Médio Completo, já seus filhos estão concomitantemente no 1º ano do Ensino Médio e no 7º ano do Ensino Fundamental. Toda a família teve/tem acesso à educação por meio da Rede Pública de Ensino.

A família reside em casa própria construída em alvenaria e composta por 07 cômodos, a saber, 03 quartos, 01 sala de estar, 01 cozinha e 02 banheiros. O sustento da família é proveniente da agricultura, em que trabalham tanto a Sra. Maria, como seu cônjuge e da transferência de renda do PBF.

Acerca dos aspectos de saúde, a família enfrenta as dificuldades comuns às pessoas que residem em um município situado no interior do Ceará e particularmente na zona rural, assistência em nível básico por meio da Estratégia de Saúde da Família, disponível na Unidade Básica de Saúde, que, frequentemente, lida com a indisponibilidade da equipe mínima.

Sobre a existência de membros doentes na família, a entrevistada apontou que inexistem, mas no decorrer da entrevista expôs que seu filho está com a saúde mental comprometida e é acompanhado pelo Centro de Apoio Psicossocial- CAPS, o que inclusive tem interferido em sua dinâmica escolar.

Os filhos de Maria, como já apontado, estudam em uma Escola Pública localizada no distrito de Riacho Verde, que inclusive é a mesma Escola em que ela estudou durante toda a sua vida.

No que se refere às condições da escola, Maria considera que apresenta condições razoáveis em termos de infraestrutura, aponta que as salas são relativamente ventiladas e com iluminação a contento, a limpeza ocorre frequentemente, porém a escola não dispõe de computadores, acesso à internet, quadra de esportes. A merenda escolar, apesar de não atender à qualidade esperada é disponibilizada, acontecendo eventualmente momentos de falta. Os livros didáticos são garantidos, mas o fardamento não, ficando a cargo da família.

A esse respeito percebeu-se, que, em certa medida, há por parte de Maria uma naturalização quanto às dificuldades da escola, o que pode ser explicado pelo fato de que ela experimentou condições ainda mais adversas, o que a leva a encarar os desafios que os filhos enfrentam como inferiores.

A beneficiária abordou a importância da merenda escolar, reconhecendo que muitos colegas de seus filhos são extremamente pobres e têm aquela como a única refeição do dia, o que de fato é real, pois uma das consequências da pobreza é a insegurança alimentar.

Tanto a aprendizagem escolar, quanto o direito a uma alimentação balanceada estão intimamente ligados, ou seja, a importância da distribuição da merenda escolar está comprovada em vários estudos e pesquisas, uma dessas pesquisas foi realizada e publicada pela Universidade Estadual de Campinas, diz que para 50% dos alunos da região Nordeste, a merenda escolar é considerada a principal refeição do dia. (MONTEIRO, 2005 p. 33)

Concernente ao acompanhamento escolar de seus filhos, Maria apontou que conhece o diretor e os professores da escola e costuma conversar com os mesmos, além de supervisionar as notas e participar da reunião escolar para se inteirar da vivência educacional deles, mas não

tem o hábito de frequentar as festas. Mencionou que ambos os filhos fazem suas tarefas de casa sem que alguém ensine, pois já possuem autonomia para tanto.

Quando inquirida sobre a relação de seus filhos na escola, Maria relatou que não identifica a presença de violência ou qualquer outra situação que comprometa o desenvolvimento educacional, no entanto no decorrer da entrevista afirmou:

O meu menino ano passado, no meio do ano eu tive que tirar ele. A escola não tava tendo o controle, na escola tinha muito menino fumando, acontecendo muita coisa que era pra acontecer fora da escola e estava acontecendo dentro. Questão de professor que não tem uma boa educação, que quer passar educação, mas não tem educação nem pra si. Abusado, ignorante, chega às vezes até a humilhar o aluno porque o aluno não consegue acompanhar. Já aconteceu assim (sic).

A violação do direito à educação supracitada decorre de um paradigma educacional que tem como fundamento a hierarquia em detrimento da construção de relações de respeito, corroborando este raciocínio Arroyo (2015) diz que:

A cultura escolar e docente às vezes resiste a dialogar e a fortalecer essas políticas sociais, porque sua tendência é não ver os determinantes sociais, e sim privilegiar os valores e as atitudes de cada indivíduo como definidores de sua condição social. Com base em uma visão da sociedade reduzida a um somatório de indivíduos, a trajetória social é pensada pela lógica individualista escolar, ou seja, os que se esforçarem serão exitosos, e os preguiçosos serão fracassados.

Durante a entrevista foi possível identificar que há uma diferença considerável entre o aprendizado dos filhos de Maria, a mesma elucidou que retirou seu filho da Escola no segundo semestre de 2018, porque percebia que ele não estava aprendendo satisfatoriamente, dado seu problema de saúde, bem como pelo fato de que ele estava se aproximando de adolescentes que faziam uso de drogas, o que a preocupou e a fez tomar tal atitude.

A realidade do filho de Maria revelou o quanto as escolas refletem a realidade social em que estão inseridas, neste caso, ao invés do ambiente escolar gerar acolhimento e atenção especial às dificuldades de aprendizado do adolescente, que enfrenta dificuldades em sua saúde mental, gerou insegurança em sua mãe, que optou por retirá-lo da escola por todo um semestre.

Nesse sentido, as considerações de Lúcia Helena Alvarez Leite (2013), com fulcro na concepção de Ferreiro (2012) acerca da dificuldade da escola são bastante elucidativas.

(...) a escola, historicamente encarregada de homogeneizar, de igualar, nunca soube lidar com a diversidade. O resultado dessa falta de reconhecimento foi o surgimento do fracasso escolar, tão conhecido de crianças, jovens e adolescentes das camadas populares. É interessante notar que essa ideia surge com a universalização da educação.

A esse respeito é importante destacar que o filho de Maria, por não estar no mesmo ritmo de aprendizagem de seus pares não recebeu a devida atenção à sua condição especial, o que ratifica a concepção de não acolhida da diversidade por parte da escola e acarretou-lhe o estigma de fracassado.

Com o intento de ilustrar a referida estigmatização e falta de oportunidade por parte da escola, reproduzimos a fala de Maria, que, ao ser questionada sobre até quando seus filhos pretendem estudar, apontou:

A menina eu acho que vem faculdade pela frente, porque ela é nota 10, 09, 10, ela é muito interessada, o menino não, ele já tem uma mente assim mais...como eu posso dizer, ele tem vontade, mas não tem como acompanhar, acho que a mente dele não trabalha comum (sic).

Dialogando com esta fala Leite (2013) reflete que “na realidade, o que fracassa é esse sistema escolar que impõe um mesmo modelo de racionalidade, próprio dos grupos que estão no poder, e depois cobra de sujeitos tão diversos o mesmo rendimento”.

Referente às interferências do Programa Bolsa Família no acesso à educação, Maria expôs: “Assim, apesar de ser uma coisa mínima ajudou muito, numa coisa assim, comprar um caderno e você só conta com ele mesmo de certo” (SIC).

A partir desta fala percebe-se que o acesso ao PBF garante uma segurança de renda que proporciona, inclusive, uma experiência de autonomia, de saber que se dispõe de um valor x para atender às necessidades mais básicas. Certamente esta segurança de renda traz conseqüências positivas na materialização do direito à educação, como se verá adiante.

Maria concluiu o Ensino Médio entre os 18 e 19 anos. Ao ser questionada do porquê parou de estudar elucidou:

Eu ainda fiz um cursinho pré-vestibular, fui pra Quixadá, mas não passei, aí relaxei, num quis mais saber. Aí vieram os meninos, logo nessa época engravidei do menino, aí junta o meu pensamento com o pensamento do outro, aí a gente deixa de viver a vida pra viver a vida do outro, pra agradar o outro né? a gente abandona o que a gente quer, interfere, atrapalha (sic).

As palavras de Maria expressam muito bem a realidade de muitas mulheres que deixam de estudar e/ou de adquirir uma experiência profissional para se dedicar exclusivamente aos cuidados da casa e da família. A importância destas atividades para a reprodução social é inexorável, no entanto, sabe-se que o labor feminino na esfera do privado sequer é considerado trabalho, provocando a invisibilidade e a desvalorização de inúmeras mulheres, que partilham da mesma história de falta de oportunidades como Maria.

Retratando as condições educacionais de sua época Maria considerou:

Era bem mais dificultoso que hoje né? Hoje a escola tem bem mais coisa pra oferecer, antes tinha só o livrozím, na época não tinha os benefícios que tem hoje, a mãe da gente não podia comprar nem um caderno de uma matéria, era bem difícil, principalmente assim agricultor, eu também sou agricultora, mas é bem diferente (sic).

De acordo com a fala de Maria constatamos os impactos que a transferência de renda do Programa Bolsa Família pode acarretar, os quais interferem não somente na garantia do acesso, mas nas condições de permanência na escola. Desta feita, concordamos com a afirmação de Arroyo (2015) que segue:

Há diversas críticas que rotulam de assistencialistas as políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Contudo, se a vida é o primeiro direito do ser humano e garanti-la é o dever mais elementar do Estado, não pode ser considerado assistencialismo algo que efetive essa garantia. Nesse sentido, o Programa Bolsa Família assume como inspiração política que o reconhecimento do direito à vida é um dever público, logo, a ser traduzido em políticas de Estado, como uma responsabilidade pública, para além do tradicional assistencialismo.

A respeito de ter recebido incentivo para estudar por parte de seus pais, Maria indicou que sua mãe não compreendia muito a importância da escola e que ela mesma somente estudou até a 3ª série do Ensino Fundamental. Percebeu-se que sua família era monoparental e que sua mãe arcava com toda a responsabilidade sozinha, desde o cuidado ao sustento de todos. Como ilustra o depoimento que segue.

Pai, nunca tive apoio de pai! A mãe não tinha condição de fazer qualquer coisa por mim. Era bem precário mesmo. Hoje é tudo facilitado, tem transporte na porta, antigamente a gente andava 2 km pra chegar na Escola, andava muito de pé. Porque no sertão tudo é longe (sic).

Ficou evidenciado que Maria foi explorada no trabalho enquanto criança, de acordo com o que se pode constatar a seguir:

A gente tinha só livro mesmo, pra comprar qualquer coisa tinha que vender uma galinha, não tinha bolsa família. Às vezes tinha uma merendinha na escola, mas não era sempre não. Comecei a trabalhar na agricultura de pequena, com 09 anos eu já ia com ela pra agricultura.

Acerca das consequências ela ainda apontou:

Atrapalhava, às vezes chegava a hora da escola e não tinha nem almoço pronto, quando tinha feijão né? Mas mesmo assim eu saía, tomava um banho e ia pro colégio de pé. O trabalho atrapalhava, por causa do cansaço e as vezes até mesmo assim, por você não se alimentar bem você não tem aquele ânimo, aquele interesse. Tinha o foco de ser alguém pra ajudar minha mãe, mas quando chega na fase assim, de namoro, atrapalha né?!

O trabalho infantil, apesar de proibido legalmente, atinge milhares de crianças e adolescentes no país e acarreta a perpetuação da pobreza, aumenta as chances de evasão escolar, possibilita a inserção nas periferias, compromete o desenvolvimento físico e psíquico. Sobre os sonhos relacionados aos estudos ela esboça

Eu tinha vontade assim de um dia ter minha profissão, profissão assim minha, que ninguém tirasse de mim, não trabalhar pra ninguém assim pra poder no outro dia não saber se tem. Mas não consegui realizar esse sonho, acho que as dificuldades, aí você se apega com uma pessoa que acha que a pode lhe ajudar, aí você engravida cedo. Eu engravidei eu tinha 19 anos, mas pra mim foi cedo. Hoje eu não teria um filho assim tão cedo não. Não tinha me apegado a uma pessoa pra poder atrapalhar o meu futuro.

Analisando a fala da entrevista e em diálogo com o referencial e as pesquisas da área, o avanço na escolaridade é um elemento fundamental para o desenvolvimento econômico. Nas análises realizadas por Bragança (2012, p. 5) “o maior desafio para o desenvolvimento socioeconômico é a educação, uma vez que essa constitui a base para a formação do indivíduo, possuindo influência direta em sua renda média e acesso a produtos e serviços (...)”

Ainda nesse exercício de refletir o passado com maiores oportunidades que as que lhe foram ofertadas Maria afirmou: “Se tivesse o Bolsa Família naquela época eu não teria saído de casa, teria como pagar transporte pra eu estudar, eu teria conseguido meu objetivo” (*sic*).

Depreende-se das colocações de Maria o quanto a educação não pode ser compreendida de maneira isolada, sem que se leve em conta os condicionantes de renda, trabalho, moradia, território. O debate acerca da universalização da educação somente se tornará efetivo quando a educação dialogar com as demais políticas e se propuser intersetorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizando este trabalho, que se constituiu enquanto verdadeira experiência de pesquisa, constatamos muitas dificuldades no acesso à educação por parte da responsável familiar. Identificamos várias expressões da questão social, dentre elas o trabalho infantil e a questão de gênero.

Filha de agricultores, Maria relatou que quando era criança precisava andar cerca de 2 km para chegar à escola, falou sobre as diferentes oportunidades que ela e seus filhos tiveram e evidenciou o quanto o Programa Bolsa Família auxilia na permanência de seus filhos na instituição de ensino.

Identificamos ainda o quanto as questões de gênero incidiram na realidade de Maria, essa apesar do grande desejo de dar continuidade aos seus estudos, precisou abdicar deste sonho para cuidar da família. Nesse aspecto a transferência de renda do PBF, ao eleger a mulher como responsável familiar garante a ela, ainda que limitadamente, uma certa autonomia.

Nesse sentido é preciso considerar o programa como um dos mecanismos do Estado brasileiro de enfrentamento à desigualdade, que contribuem com mudanças objetivas na vida dos sujeitos beneficiários através, por exemplo, do incentivo à escolarização perpassando a garantia de inserção e permanência a partir de suas condicionalidades. E por compreender o avanço na escolaridade como um elemento fundamental para o desenvolvimento econômico, é preciso reconhecer a importância do programa na conjuntura historicamente desigual da sociedade brasileira.

Uma questão importante, decorrente desta premissa, era saber o que pensam os atores sujeitos e beneficiários do programa, ou seja, possibilitar a voz dos que por muito tempo foram calados nesta sociedade e apesar de ter um campo restrito de análise em virtude da escolha de apenas uma entrevistada, compreendemos que Maria, sujeito da pesquisa, fala por milhares de Marias que tiveram acesso precário às políticas públicas, condicionadas por um sistema de precárias oportunidades e escolhas de vida difíceis e que por meio do programa traça novas estratégias de sobrevivência e luta para e por seus descendentes.

Esse se constitui em um dos motivos pelo qual consideramos a real necessidade de aprofundamento de pesquisas acadêmicas tendo como sujeitos protagonistas as famílias beneficiárias e a defesa da política afirmativa que envolve a idealização do Bolsa Família. No atual cenário este programa se encontra ameaçado por um governo que não tem projeto claro para a educação e para o combate à desigualdade social. Então sejamos nós os protagonistas de luta para delinear um projeto expressamente claro e acessível à classe pobre e trabalhadora deste país. Sejamos nós a resistência.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcelo. **Bolsa-escola: educação para enfrentar a pobreza**. Brasília: UNESCO, 2002.

ARROYO, M. G. **Módulo Introdutório: Pobreza, Desigualdades e Educação**. IN: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

Ministério da Educação. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <avaced@educ.ce.gov.br>. Acesso em: 15 jul 2019.

AZEVEDO, J. C. **Escola cidadã: construção coletiva e participação popular.** In: SILVA, Luiz Heron da (org.). A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRAGANÇA, Gleiziane Oliveira. **Educação: o desafio nacional para o desenvolvimento Socioeconômico.** 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6246256-Educacao-o-desafio-nacional-para-o-desenvolvimento-socioeconomico-autora-gleiziane-oliveira-braganca.html>. Acesso em: 10 de ago de 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 de ago de 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** 2018. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidade@>. Acesso em: 15 jul 2019.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Índice de pobreza em Quixadá.** 2012. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/municipios>>. Acesso em: 15 jul 2019.

LEITE. Lúcia Helena Alvarez. **Módulo III - Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza.** IN: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://avaced@educ.ce.gov.br>>. Acesso em: 16 jul 2019.

MONTEIRO, C. A. **Análise do Inquérito “Chamada Nutricional 2005”.** Ministério da Saúde. 2005.

PONTILI. Rosângela. **A infra estrutura escolar e as características familiares influenciando a frequência e o atraso no ensino fundamental.** Piracicaba: ESALQ/USP, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria O. S.; YAZBEK, Maria C.; GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.** Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 110, p. 288-322, 2012